

**3ª CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 320658-8**  
(NPU 0012625-67.2013.8.17.0000)

|             |   |
|-------------|---|
| Comarca:    | Garanhuns – 3ª Vara Cível                 |
| Embargante: | SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS |
| Embargados: | Rejane Alexandre da Silva E OUTROS        |
| Relator:    | Desembargador Bartolomeu Bueno            |

**EMENTA E ACÓRDÃO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. RECURSO REJEITADO.**

I – A embargante não logrou apontar nenhuma obscuridade, contradição ou omissão a ser sanada. Apenas demonstra mero inconformismo com o acórdão recorrido e visa reformá-lo em sede de embargos de declaração, o que não é possível, diante da inadequação da via recursal eleita.

II – Encontrando-se o acórdão devidamente fundamentado, tendo apreciado e decidido satisfatoriamente todas as matérias aventadas nas razões recursais, não é impositiva a menção expressa, na decisão do recuso, sobre todo e qualquer dispositivo legal e precedente jurisprudencial apontado pelas partes, assim como se revela despidendo o pronunciamento sobre todo e qualquer argumento apresentado pelos litigantes.

III – É entendimento desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça que não há necessidade de pronunciamento expresso sobre cada um dos dispositivos legais apontados pelas partes a fim de que se viabilize o acesso às instâncias extraordinárias.

VII – Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 320658-8, em que figuram, como embargante, Sul América Companhia Nacional de Seguros, e, como embargados, Rejane Alexandre da Silva E OUTROS, acordam os desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade, em REJEITAR o recurso, nos termos do voto do Relator.

Recife, 29-11-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno  
Relator



**3ª CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 320658-8**  
(NPU 0012625-67.2013.8.17.0000)

Comarca: Garanhuns – 3ª Vara Cível  
Embargante: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
Embargados: Rejane Alexandre da Silva E OUTROS  
Relator: Desembargador Bartolomeu Bueno

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração (fls. 1070/1075v) opostos pela Sul América Seguros, contra o acórdão proferido por esta 3ª Câmara Cível (fls. 1054/1055), o qual negou provimento ao Agravo de Instrumento nº 320658-8, em ação de indenização securitária no âmbito do SFH.

O acórdão ora embargado rejeitou as preliminares arguidas pela Seguradora – incompetência da Justiça Federal, ilegitimidade passiva e ativa, carência de ação, inépcia da inicial, cerceamento de defesa, denunciação da lide e prescrição –, bem como refutou o pedido de redução dos honorários periciais.

Irresignada, a Sul América opôs os presentes embargos declaratórios, sustentando, em síntese, que a decisão colegiada foi omissa com relação a vários dispositivos legais e precedentes jurisprudenciais por ela apontados, além de postular o prequestionamento expresso de tais dispositivos no acórdão recorrido.

**É o relatório.**

Independendo o feito de pauta, apresento o recurso em mesa para apreciação e julgamento.

Recife, 28-1-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno  
Relator

**3ª CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 320658-8**  
(NPU 0012625-67.2013.8.17.0000)

Comarca: Garanhuns – 3ª Vara Cível  
Embargante: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
Embargados: Rejane Alexandre da Silva E OUTROS  
Relator: Desembargador Bartolomeu Bueno

**VOTO**

Nos precisos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração são cabíveis para sanar obscuridade, contradição (inciso I), ou omissão (inciso II) no pronunciamento judicial objeto do recurso, ostentando caráter integrativo ou aclaratório, cabendo à parte recorrente apontar na petição o ponto obscuro, omissivo ou contraditório (art. 536, CPC) que merece ser sanado.

Não obstante, a Seguradora recorrente não se desincumbiu desse ônus, uma vez que não logrou apontar nenhuma obscuridade, contradição ou omissão a ser sanada, limitando-se a asseverar que o acórdão embargado não se pronunciou expressamente sobre diversos dispositivos legais e precedentes jurisprudenciais levantados pela ora embargante, bem como a repetir parte da argumentação que já havia apresentado nas razões do agravo de instrumento que precedeu os embargos.

Ocorre que os embargos declaratórios não se prestam à rediscussão da matéria decidida, devendo esta ser impugnada mediante espécie recursal própria.

Não é outro o posicionamento deste Tribunal, ilustrado pelos acórdãos a seguir colacionados:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PREQUESTIONAMENTO - OMISSÃO. INEXISTÊNCIA - REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. Inexistindo omissão, contradição ou obscuridade no decisório combatido, não há como se acolher o recurso de embargos de declaração. Encontrando-se a decisão devida, coerente e suficientemente fundamentada, impossível a rediscussão da matéria mediante um recurso que não se destina a tal finalidade. (EDcl nº 0015895-36.2012.8.17.0000, 3ª Câmara Cível, Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão, julgado em: 13/09/2012).

Embargos de Declaração. Apelação em Mandado de Segurança. Licitação. Alegação de omissão. Prequestionamento. Dispositivos insertos na decisão embargada. Rediscussão da matéria. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição. Os embargos declaratórios não são meio hábil para reexame da matéria, restringindo-se apenas nas hipóteses elencadas no art. 535 do CPC. Embargos de Declaração não providos. Decisão Unânime. (...) 9. Para fins de prequestionamento, o acolhimento dos embargos de declaração pressupõe a existência de alguns dos vícios descritos no art. 535 do CPC, o que não é o caso dos autos; 10. A decisão e enfrentou as questões suscitadas com os

**fundamentos pertinentes, apenas não atendeu a tese defendida pelo embargante; 11. Embargos de Declaração Improvidos; 12. Decisão Unânime. (EDcl nº 0005425-87.2005.8.17.0000, 1ª Câmara de Direito Público, Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões, julgado em: 11/12/2012).**

Outrossim, encontrando-se o acórdão devidamente fundamentado, tendo apreciado e decidido satisfatoriamente todas as matérias aventadas nas razões recursais, **não é impositiva a menção expressa, na decisão do recuso, sobre todo e qualquer dispositivo legal e precedente jurisprudencial apontado pelas partes, assim como se revela despidendo o pronunciamento sobre todo e qualquer argumento apresentado pelos litigantes.**

O entendimento ora adotado harmoniza-se ao do STJ, ilustrado pelo seguinte julgado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. DESAPROPRIAÇÃO. JUROS MORATÓRIOS. ART. 15-B DO DECRETO-LEI 3.365/41. INAPLICABILIDADE. COISA JULGADA. OMISSÕES INEXISTENTES. INCONFORMISMO. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. I. O voto condutor do acórdão ora embargado apreciou fundamentadamente, de modo coerente e completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pelo embargante. II. Consoante a jurisprudência do STJ, "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução" (STJ, AgRg no REsp 1.400.558/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/12/2013). III. Inexistindo, no acórdão embargado, qualquer omissão, contradição ou obscuridade, nos termos do art. 535 do CPC, não merecem ser acolhidos os Embargos de Declaração, que, em verdade, revelam o inconformismo do embargante com as conclusões do decurso. IV. Embargos de Declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no AREsp 249767/RN, 2ª Turma, Relatora: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, julgado em: 03/04/2014).

Por fim, pretende a recorrente que os embargos de declaração tenham efeitos de prequestionamento. Todavia, é entendimento desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça que **não há necessidade de pronunciamento expresse sobre cada um dos dispositivos legais apontados pelas partes a fim de que se viabilize o acesso às instâncias extraordinárias.**

Observem-se os precedentes abaixo colacionados:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTUITO DE MODIFICAÇÃO DO JULGADO. VIA INADEQUADA. OBJETO CENTRAL DO LITÍGIO TRATADO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. EMBARGOS A QUE SE NEGA PROVIMENTO - DECISÃO UNÂNIME. 1 - A matéria já se encontra prequestionada implicitamente pelo enfrentamento das questões no

acórdão, embora sem indicação expressa dos dispositivos de lei que o fundamentaram. Precedentes do STJ. 2 - A Embargante tenta em sede de embargos de declaração revisitar o julgado, objetivando sua reforma e desvirtuando assim a natureza do recurso do art. 535 do CPC. As questões relevantes do litígio restaram abordadas na decisão não havendo omissão no julgado. Inconformada com o julgado deve a Embargante manejar o recurso de reforma cabível. 3 - Embargos de declaração a que se nega provimento. (TJPE – EDcl nº 240880-4/02, 3ª Câmara Cível, Relator: Des. Eduardo Sertório, julgado em: 10/01/2013).

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. SUCESSÃO EMPRESARIAL. LEGITIMIDADE PASSIVA DA SUCESSORA. TESE DEBATIDA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. DIVERGÊNCIA NOTÓRIA. MATÉRIA PACIFICADA NO STJ. 1. Não há falar em falta de prequestionamento se a matéria submetida ao STJ, ainda que sem indicação expressa do dispositivo legal a que se refere, foi objeto de enfrentamento pelo Tribunal de origem. (...) 4. Agravo regimental provido para se conhecer do recurso especial e dar-lhe provimento. (STJ – AgRg nos EDcl no REsp 1257530/RJ, 3ª Turma, Relatora: Ministra NANCY ANDRIGHI, julgado em: 12/11/2013).

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. ANO-BASE 1989. CORREÇÃO MONETÁRIA. OTN/BTNF. ÍNDICE OFICIAL. 1. Os embargos declaratórios somente são cabíveis para modificar o julgado que se apresentar omissos, contraditórios ou obscuros, bem como para sanar possível erro material existente na decisão, o que não ocorreu no presente caso. 2. Nos termos da jurisprudência do STJ, o prequestionamento não exige a expressa menção dos dispositivos violados; basta que a matéria por eles versada tenha sido discutida pelo Tribunal de origem. (...) Embargos de declaração rejeitados. (STJ – EDcl no REsp 1131762/DF, 2ª Turma, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, julgado em: 04/09/2012).

Percebe-se, portanto, que a embargante apenas demonstra mero inconformismo com a decisão colegiada e visa reformá-la em sede de embargos de declaração, o que não é possível, diante da inadequação da via recursal eleita.

Diante de todo o exposto, **REJEITO** os presentes embargos de declaração.

É como voto.

Recife, 28-1-2014



Desembargador Bartolomeu Bueno  
Relator